



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2016

Ata n.º 27

Aos dezasseis dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Salão Cultural e Recreativo da Junta de Freguesia da Guia, por convocatória de um de Junho, e aditamento de nove de Junho, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da acta de 27-04-2016; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de elaboração do estudo estratégico de ação para o desenvolvimento do concelho de Albufeira; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peixe fresco para as cantinas escolares de Albufeira, Vale de Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de 80.000,00 + IVA; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana da Aldeia de Paderne; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do protocolo de cooperação entre o município de Albufeira e a Associação In Loco relacionado com a animação da zona de intervenção da estratégia de desenvolvimento local para o interior do Algarve Central; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2016, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela CDU, acerca da "rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento"; -----



PONTO ONZE: Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela CDU sobre “A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português”; -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Sofia Margarida do Rosário Oliveira (membro suplente VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), João Hélder Grade Cabrita (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Miguel Alexandre Correia Mesquita (membro suplente PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Maria Eugénia Baptista, Mário Samuel Raimundo Gaspar, Ana Alexandra Diogo Pereira, e Carlos Augusto Cabrita dos Santos. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Eugénia Baptista, Mário Gaspar, Ana Pereira, e Carlos Santos, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Lurdes Meirinho, Sofia Oliveira, João Cabrita e Miguel Mesquita. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores José Carlos Rolo, Ana Vidigal e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Suzel Pimenta: “Os parques infantis do concelho têm estado a ser reparados parcialmente. Os pavimentos estão em mau estado. Da última vez que fui ao Parque da Alfarrobeira tinha um escorrega danificado e faltavam dois baloiços. Não sei se já foi substituído ou não. O solo, tanto de lá como dos outros parques, em especial na Praceta das Flores, o pavimento que é próprio para os parques está todo levantado, o piso é muito irregular e provoca quedas nas crianças. Outra questão que causa alguns cuidados são os arbustos que estão no Parque da Alfarrobeira, à volta do parque. São palmeiras com picos e as crianças magoam-se lá. Na minha opinião aqueles arbustos



deveriam de ser retirados, porque podem causar ferimentos nas crianças, e deveriam ser colocadas algumas árvores para fazerem alguma sombra. As crianças que vão para lá são pequenas, portanto, vão acompanhadas, e os pais que ficam ali sentados a ver os meninos a brincar e não têm uma sombra para se abrigarem. E gostaria de saber se os pavimentos irão ser reparados ou não.” -----

Natália Cabanita: “O assunto que me traz já é velho, deve ter uns quatro anos. Rompeu-se um cano na ponta da minha rua e na outra ponta da rua após poucos meses rompeu-se outro cano. Os canos foram arranjados mas a rua continua com terra. No inverno é lama e no verão é pó. Já lá estive a Dr^a Ana Vidigal e o engenheiro Batalha, e já houve uma reunião com a Câmara e as Estradas de Portugal. O pavimento era de cimento e não pode continuar assim porque tenho um parque alugado para um stand de carros numa ponta e na outra ponta tenho um armazém alugado a design e publicidade, e os inquilinos queixam-se e com muita razão. Isto já vai fazer aproximadamente quatro anos. A rua é a Rua do Emigrante, número quatro, - é mesmo em frente à rotunda na N125. Acho que merecia um melhor tratamento porque tenho uma propriedade perto da escola nova e dei terreno para fazerem a estrada, não recebi dinheiro nenhum porque não quis receber, por isso acho que deveria ter melhor tratamento porque já la vão quase quatro anos, é demais!” -----

Elisabete Miranda: “Depois de contactos telefónicos, deslocações à Junta de Freguesia, deslocações à Câmara, vim à Assembleia em Dezembro de dois mil e catorze porque o presidente da Junta disse que não era com a Junta mas sim com a Câmara, e é uma bola de ping-pong que se tem vindo a arrastar. Não sei para onde foi reencaminhada esta reclamação que fiz e estipulei um prazo, não é preciso nenhum técnico especializado para arranjar um pavimento na rua. Foram feitos os buracos para fazer uma reparação e já vai para quatro anos que não arranjam o pavimento. Em dois mil e catorze fiz esta reclamação que direcionei para os serviços competentes, e isto se não tem um seguimento a curto prazo vou tomar outras medidas. Talvez através da comunicação social se consiga fazer alguma coisa.” -----

Presidente da Câmara: “Em relação aos parques infantis, neste momento, já está em andamento toda uma intervenção para os parques. Naturalmente que os pavimentos terão de ser repostos. Quanto à intervenção da D. Natália e da Elisabete Miranda vou ver a situação no sentido de se fazer a reparação.” -----

Vereador Rogério Neto: “De facto os parques têm estado sem grade cuidado mas está a decorrer um procedimento para reparar todos os parques. Acontece que a listagem



das deficiências já tem mais de um ano. Vai-se fazer nova listagem e estamos a pensar no próximo orçamento incluir uma verba para fazer manutenção aos parques. Irá ser por concurso público e, no futuro, assim que houver uma avaria uma empresa num curto espaço de tempo irá fazer a manutenção. Os pisos, de facto, estão todos em muito mau estado mas esta Assembleia aprovou na primeira revisão ao orçamento dez mil euros para reparar todos os pisos dos parques infantis do concelho. Em relação aos palmites no Parque da Alfarrobeira já dei ordem para serem de lá retirados. Vamos tentar recolocá-los noutra local e também vamos repor a relva."-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes: -----

Cândido Reigado: "Gostava que alguém pudesse informar esta Assembleia em que situação se encontra o processo do Roja-Pé e a moradia aqui na Guia que está na mesma situação. Vou ler um documento sobre a situação laboral dos trabalhadores da hotelaria." (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Soraia Rodrigues: "O primeiro assunto diz respeito ao Posto de Turismo, na entrada de Albufeira junto à bomba de gasolina Repsol, e gostaríamos que nos informassem qual o atual horário de funcionamento porque nos temo apercebido que, em horas que supostamente seriam horas do período de funcionamento, o posto de turismo se encontra fechado, com as persianas para baixo. Tenho memória de ter havido um procedimento concursal de trabalhadores para estes postos de trabalho e ficamos com dúvidas se há alguma questão que leve o posto de turismo não estar em funcionamento normal, ainda mais quando estamos numa época alta de turismo. Outro assunto tem a ver com o pavilhão desportivo da Escola Secundária de Albufeira: eu já lá estive em diferentes períodos do dia, tanto de manhã como ao final da tarde, e tanto eu como outras pessoas que visitam o pavilhão para assistir aos desportos que as crianças lá praticam, se apercebem que há um cheiro muito forte dentro do pavilhão. Os funcionários que tomam conta do pavilhão referem que pode ter a ver com gaivotas que levam para lá o peixe para se alimentarem no telhado do pavilhão, outras pessoas referem que tem a ver com a canalização, e todos nós temos conhecimento que este pavilhão sofreu obras de manutenção interiores, e gostaria de perguntar se houve alguma limpeza exterior, nomeadamente nos telhados, ou se houve alguma intervenção ao nível da canalização, e o que poderá estar por trás deste cheiro, que é intenso e que incomoda muito todas as pessoas que lá entram." -----



José Pimenta: "Quero colocar três questões ao senhor Presidente. Esta época banhar a praia da Rocha Baixinha tem apoio de praia, restaurante e outros serviços, esta praia foi classificada com bandeira azul. Entretanto a estrada de terra batida que dá acesso à praia, que já no ano anterior se encontrava em más condições, neste momento, e com a passagem do inverno, está em péssimas condições, cheia de buracos. No ponto de vista da CDU requer melhoramento, nivelamento de estrada e reposição de gravilha. Perguntamos: qual é a posição do executivo camarário? Há intenção de reparar este acesso? Queremos referir também que o areal da Rocha Baixinha encontra-se bastante sujo, não por desleixo dos banhistas mas por sujidade vinda com a invernada, canas, etc. Pensa a autarquia ter alguma intervenção no areal, para que os nossos visitantes possam usufruir de boas condições? Segunda questão: verificamos a falta de limpeza em diversas zonas, espaços que não há contrato com a Ecoambiente, falta de manutenção em espaços verdes, falta de passeios, falta de pintura em estruturas e imóveis pertencentes à autarquia. Pensamos que estas situações são devido à falta de operacionais. A CDU pergunta se o executivo pretende abrir concurso para a contratação de pessoal para fazer face a estas necessidades. Terceira questão: temos ouvido várias queixas dos taxistas em relação aos Tuk-Tuk e desejamos saber se há regulamento. Nós pensamos que não, dado que não passou por esta Assembleia. Os serviços dos Tuk-Tuk concorrem com os táxis? Podemos saber quantos veículos destes estão licenciados e qual é o espaço que está reservado aos Tuk-Tuk?" -----

João Cabrita: "Gostava de perguntar quem foi o mandante da obra da retirada das árvores na Quinta da Belavista?-----"

Presidente da Câmara: "Começando pela intervenção do senhor Cândido Reigado, a situação do Roja-Pé continua idêntica - está em recurso judicial. Por outro lado, está neste momento desencadeado o procedimento de elaboração de um plano pormenor para aquela zona. A moradia aqui na Guia, pelo que sei, está em situação idêntica à que estava antes. Quanto à situação laboral dos trabalhadores de hotelaria, falou em casos genéricos, não apresentou casos em concreto. Perguntou o que a Câmara estava a pensar fazer nessa situação e eu acabo por lhe fazer uma pergunta: qual é a vossa proposta? Devemos denunciar as injustiças mas não está na esfera da nossa competência alterar a situação. Perante um caso de injustiça em concreto poderei agir, mas genericamente não. Em relação ao posto de turismo, penso que tem o horário normal dos trabalhadores da função pública mas vou verificar o que se passa porque não tenho conhecimento disso. Quanto ao pavilhão desportivo da ESA, não é património



municipal, pertence ao Ministério da Educação, não está na esfera das competências do município. Contudo, tivemos lá uma intervenção, com um protocolo com a Direcção Geral de Educação, ao nível de haver lá uma intervenção e nós contribuímos com uma parte. A obra foi a substituição do piso, porque o piso provocava lesões nos atletas e havia uma urgência grande em fazer a sua substituição. No âmbito disso, e já que houve intervenção, houve outras intervenções, nomeadamente ao nível dos telhados. Portanto, eu presumo que foram limpos e houve substituição de telhas que estavam a causar algumas infiltrações. É a primeira vez que falam do cheiro. Na Câmara não foi apresentada qualquer reclamação e o senhor Diretor também não me contactou. Portanto, foi a primeira vez que tive essa informação. De qualquer forma é matéria do Ministério da Educação, não é do foro da Câmara. Quanto à Rocha Baixinha, se a estrada está má, os nossos serviços devem ter conhecimento e farão intervenções, como têm feito ao longo dos anos, nos sentido de lá colocar gravilha, tapar os buracos, para que possa haver melhor acesso à praia. Quanto à sujidade da praia, os nossos serviços também têm andado a fazer a limpeza das praias e esta também será objeto de intervenção. De qualquer forma, tomei nota para transmitir aos serviços. Quanto à contratação de pessoal, estamos neste momento com um processo de contratação, na ordem das sessenta e cinco pessoas, e mesmo assim são claramente insuficientes. Em relação ao Tuk-Tuk, como sabe não há regulamento, teria de vir aqui à Assembleia, e também não temos Lei habilitante para isso. Neste momento o nosso departamento jurídico está a estudar a situação em conjunto com a divisão de rede viária porque eles, neste momento, não têm qualquer disciplina. No entanto, estão trabalhar porque têm uma licença que lhes é concedida noutra foro que não o do município. É uma matéria que me tem preocupado porque, podendo existir, devem existir em coexistência pacífica com os outros meios de transporte existentes no município e não se tornarem concorrentes. São formas de se fazer circuitos turísticos que devem ter o seu ordenamento em termos de zonas especiais e também terão de ter uma limitação. Já falei algumas vezes com a senhora Secretária de Estado do Turismo no sentido da deficiência legal que existe em relação a estas matérias. Sei que Lisboa está a trabalhar num regulamento, não sei se já o tem definitivo ou não. Portimão e Tavira também estão com a mesma situação e estamos todos preocupados com esta matéria no sentido de podermos ter um comportamento uniforme no Algarve em relação a esta questão. Quanto à questão do João Cabrita, o mandante da obra com certeza que foi a Câmara." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----

Francisco Oliveira: "A informação do senhor Presidente merece-nos o reparo habitual que tem sido feito nas várias Assembleias Municipais. Constatamos que, à data de dezanove de Maio de dois mil e dezasseis, os saldos em caixa são cerca de cinquenta milhões de euros. Devo referir que na última Assembleia andavam sensivelmente nestes valores, portanto, é demonstrativo que o nível de execução é baixíssimo tendo em consideração os valores que neste momento estão em caixa. Lembro-me de na última Assembleia ter perguntado ao Presidente se realmente estávamos perante uma Câmara Municipal ou perante um banco porque os valores que estão em caixa são extremamente elevados. Há, de facto, obras que necessitam de ser efetuadas. Ouvimos aqui falar de coisas relativamente pequenas, não verificamos a existência de projectos que contemplem estes montantes. Há cerca de dois ou três anos havia, de facto, um problema gravíssimo, que era a falta de fundos, e a Câmara Municipal esteve com dificuldades. Neste momento não tem projectos, não tem obras, e aquelas que são necessárias fazer, nomeadamente os caminhos, coisas relativamente pequenas, não são efetuadas. Portanto, mais uma vez, apelamos que se projete, que se adjudiquem obras, que se avance com orçamentos para a reparação, pelo menos das situações que são mais prementes, e que são condições necessárias para um bom funcionamento do próprio concelho, para a melhoria das condições da população. Solicitamos, mais uma vez, ao senhor Presidente, ao executivo, que tenham em atenção estas questões, que tenham em atenção as Juntas de Freguesia, que se façam ou não façam a delegação de competências mas que, efetivamente, apresentem forma de as Juntas de Freguesia



poderem fazer as obras necessárias ou que a Câmara as faça, para que as condições da população melhorem.” -----

Presidente da Câmara: “Mal seria se não tivéssemos dinheiro, se bem que eu acho que não seja muito dinheiro. Em relação ao que temos planeado para o futuro, só o plano de drenagem para Albufeira são uns quinze milhões de euros. Depois temos presentes três projetos de lares, que estamos a falar no mínimo de outros quinze milhões de euros. Os projectos estão a ser feitos e eu não posso lançar os procedimentos antes de ter os projectos feitos. Aproveito para informar que, quanto ao plano de drenagem de Albufeira, o professor Saldanha Matos vem segunda-feira reunir com toda a sua equipa técnica e já com alguns avanços na matéria. Temos também em mão, só em caminhos, cerca de oitocentos mil euros. Temos estado também a investir fortemente na promoção de Albufeira, nas nossas praias, somos campeões nacionais de praias com bandeira azul. Representa muito trabalho, que não se vê, mas tem de estar feito. Vai ter de haver um investimento fortíssimo no plano das águas e os técnicos estão a trabalhar nisso e não vamos começar a jogar dinheiro à rua. Temos de fazer as coisas devidamente planeadas para se fazer uma boa gestão, para que todo o dinheiro gasto seja bem gasto. É o que eu penso e penso que o senhor deputado pensa como eu.” -----

Francisco Oliveira: “Eu concordo plenamente. Só que estes projetos são projetos estruturantes e, portanto, presumo que há necessidade de reter algumas verbas para esse efeito, mas que não necessariamente sejam para gastar de imediato. Quer esse projeto quer os outros projetos de que o senhor Presidente falou. O que nós verificamos é ter aqui um valor considerável, sabendo que esses projetos são projetos estruturantes e projetos a médio e longo prazo, não são projetos para executar de imediato e as questões muitas vezes fundamentais, de pequenos pormenores, mas que são pequenos pormenores importantíssimos para a população, acabam por não se resolverem. E é nesse sentido. Naturalmente que ninguém está contra os projectos estruturantes.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da ata de 27-04-2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e um (21): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Não votaram: quatro (04): Lurdes Meirinho, Sofia Oliveira, João Cabrita e Miguel Mesquita.-----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão de 27-04-2016. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de elaboração do estudo estratégico de ação para o desenvolvimento do concelho de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Este é um dos pontos que, naturalmente, é importante para Albufeira. Naturalmente que o Partido Socialista, debatendo esta questão, entende ser fundamental votar favoravelmente até para que haja uma definição do plano estratégico mas estamos a falar de um valor considerável, um valor de cerca de sessenta e nove mil euros mais IVA. Felizmente que há disponibilidade para ser feito mas depois há valores, por exemplo, de trinta e cinco ou quarenta mil euros para Juntas de Freguesia, para caminhos, que são dificilmente disponibilizáveis. Portanto, temos esta situação, de haver aqui alguma dificuldade nesse tipo de hierarquização das prioridades, em que se verifica que este processo, com alguma rapidez vem efetivamente a terreiro, e há outros que, quase desde o início deste mandato têm vindo a ser solicitados e, de facto, não acontecem. Reafirmo que é fundamental, até porque estamos em momento de alteração do PDM, e, portanto, há que definir aquilo



que se pretende para Albufeira. Mas havia também que se tomar em consideração as pequenas notas como referi há pouco.” -----

Presidente da Câmara: “Concordo que sessenta e nove mil euros é um valor considerável. Em relação ao plano estratégico é fundamental para a questão do PDM e é uma decorrência da Lei. Fazer este plano estratégico, que vai implicar uma série de situações - o gabinete técnico vai ter de fazer os diagnósticos de todas as situações existentes em Albufeira, em todos os parâmetros possíveis, portanto, vai ter de ser exaustivo, inclusive vão ter de fazer plenários com os cidadãos de Albufeira, inquiridos e, finalmente, uma proposta de um plano estratégico. E com base nessa estratégia irá ser definido o PDM. Este valor é um valor que irá a competição no mercado, por convite a algumas empresas. Quanto aos caminhos, há pouco disse que foi aprovado cerca de oitocentos mil euros para caminhos, portanto, permita-me a discordância em relação ao que disse.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de peixe fresco para as cantinas escolares de Albufeira, Vale de Parra, Vale Rabelho, Caliços, Fontainhas, Brejos e Jardim de Infância de Albufeira, até ao limite de 80.000,00 + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



José Pimenta: "Estou muito curioso em relação à votação que o PSD vai tomar neste ponto. Este ponto não merece qualquer reserva por parte da CDU. A CDU apresentou uma recomendação sobre este ponto, o líder de bancada do PSD, Adriano Ferrão, levantou grandes reservas - que havia o problema das espinhas - e agora vamos lá ver a coerência por parte do PSD em relação a este ponto. Das duas uma: ou há coerência ou não há. Se houver coerência, o PSD terá de votar contra. Penso que nem tudo o que vem do PCP terá de ser chumbado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

José Pimenta apresentou e leu declaração de voto. (Doc. 2, anexo a esta ata) -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de delimitação da área de reabilitação urbana da Aldeia de Paderne; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia



Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do protocolo de cooperação entre o município de Albufeira e a Associação In Loco relacionado com a animação da zona de intervenção da estratégia de desenvolvimento local para o interior do Algarve Central; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros:-----

Francisco Oliveira: "Gostaria de saber, relativamente aos quadros comunitários de apoio, se existem alguns projetos aprovados e que estejam neste momento em exercício. Face ao anterior quadro, qual o número de projetos aprovados com fundos europeus." -----

Presidente da Câmara: "Temos o projeto da motorização do próprio município, a renovação que foi feita nas áreas de atendimento e dos computadores da Câmara. E neste momento não estou a ver mais nenhum em curso. Esse praticamente está concluído. Houve projectos que findaram no mandato anterior." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento de iluminação decorativa de Natal, em regime de aluguer; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Cândido Reigado: "Além de considerarmos que é um preço muito elevado em relação aos anos anteriores, dois mil e catorze foram cerca de cinco mil euros e foi dito, na altura, que seria comprado material e que seria guardado para os anos seguintes. Em dois mil e quinze foi cerca de vinte e cinco mil euros, que foi devido à tragédia que aconteceu em Albufeira e para contentar os moradores e comerciantes da baixa de Albufeira. E agora salta para cento e nove mil mais IVA. Outra questão é a discrepância entre Albufeira e as freguesias. Segundo o documento, Paderne é o arco e depois só mais oito ou dez enfeites. Nas Ferreiras é apenas o arco próximo da farmácia, mais nada. A Guia a mesma coisa, também só o arco, assim como os Olhos de Água." -----

Francisco Oliveira: "Uma das partes já foi referida pelo senhor Reigado e tinha a ver com as discrepâncias entre as Juntas de Freguesia e a Junta de Freguesia do concelho. Mas há outra questão que gostaria de levantar que tem a ver com a discrepância, uma vez que isto é um orçamento plurianual, para dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete: é a discrepância da percentagem de cerca de trinta por cento para dois mil e dezasseis e setenta por cento para dois mil e dezassete. Gostaria de perceber a razão pela qual (estamos a falar de cerca de cem mil euros) vai haver uma discrepância considerável entre um ano e outro." -----

Presidente da Câmara: "Isto é uma proposta que veio dos serviços e veio atendendo às reclamações das pessoas, dos comerciantes, que também queriam iluminação nas suas zonas. Esta Assembleia poderá alterar a proposta. Há, de facto, uma discrepância mas agora depende do que nós queremos. Queremos uma Albufeira alegre, bem-disposta, que possa atrair pessoas e que as pessoas que cá vêm se sintam bem e que queiram voltar? Devo dizer que nesta matéria não faço questão de nada. Neste momento temos capacidade financeira para fazer esta proposta e a Assembleia pode fazer as alterações que entender. Nesta proposta influenciei apenas no sentido de ser colocada



iluminação no pinheiro em frente aos Bombeiros e no cipreste ao lado da Galeria Municipal. De resto foi análise dos serviços. Eu gostaria que a Assembleia nos dissesse o que pensa sobre o assunto mas digam-me em casos concretos, não me digam só que é muito dinheiro porque isso eu já sei." -----

Francisco Oliveira: "No que diz respeito à minha intervenção, não tinha a ver com a questão do montante, embora não esteja aqui a menosprezar que estejamos a falar de um valor considerável, mas na verdade não tem a ver com isso, até porque referi desde o início desta Assembleia que ainda bem que vamos tendo disponibilidade para fazermos estas despesas. As duas questões que coloquei têm a ver com a discrepância entre as Juntas de Freguesia e a sede do concelho. E, apesar de podermos estar aqui todos de boa-fé para darmos todo o contributo, a verdade é que, muitas vezes, os membros da Assembleia Municipal têm incapacidade para, tecnicamente, poder decidir. A segunda questão tinha a ver com a pergunta que coloquei sobre os setenta e os trinta por cento entre dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete. Quanto ao valor, é, de facto, um valor considerável mas congratulo a possibilidade de a Câmara poder, neste momento, dispor dele. Assim como refiro para todas as outras situações que sejam necessárias para o melhoramento das condições da população." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão do trinta/setenta, a razão é que o primeiro pagamento é trinta por cento do valor global, em dois mil e dezasseis, antes do Natal, e a segunda parte do pagamento é feita já depois das festividades, não vou pagar antes de o serviço estar feito." -----

Francisco Oliveira: "Portanto, todo este valor é só para dois mil e dezasseis? A questão era se estávamos a fazer um contrato bianual, e neste caso dois mil e dezasseis teria um valor de cerca de trinta a quarenta mil euros, e dois mil e dezassete teria o remanescente. E o que o senhor Presidente nos diz, e pela leitura, é que estamos perante uma situação de cento e nove mil euros para o ano de dois mil e dezasseis exclusivamente. Então aí, mais reforço a questão de haver uma enorme diferença entre o que são as freguesias e o que é a sede do concelho."-----

Presidente da Câmara: "O valor é todo para dois mil e dezasseis. O pagamento é que é diferido. Por serem dois pagamentos, e ser um no ano seguinte, depois da desmontagem do material, é que carece de consentimento da Assembleia Municipal, por ser plurianual." -----

Miguel Coelho: "As Juntas de freguesia podem e devem colaborar com a Câmara Municipal, e estamos disponíveis para isso, e não fomos consultados nesta matéria,



como não temos sido em outras matérias. Quero dizer mais uma vez que estamos disponíveis para, em várias matérias, dar o nosso apoio para algumas obras destas.” ----

Adriano Ferrão: “O PS fala do desequilíbrio da proposta, da discrepância que ela apresenta mas gostaria de saber qual a proposta mais equilibrada. Não é só indicar que há uma discrepância e não dar uma indicação mais concreta. A CDU fala de guardar material: guardar os cabos, as lâmpadas, guardar tudo e fazer as coisas com a prata da casa. A Câmara não possui funcionários preparados tecnologicamente para fazer isso e, depois, não iríamos poder contar com as vantagens tecnológicas que as empresas da especialidade conseguem trazer para Albufeira, e que são as novidades que as pessoas gostam de ver. Penso que a CDU ainda tem uma visão retrógrada de um destino turístico, que é Albufeira, e olha para Albufeira como se fosse quase uma zona rural e do interior do país, e não o é. As pessoas deslocam-se a Albufeira, fazem as suas despesas, fazem a sua orçamentação familiar a pensar vir passar umas férias na altura do Natal e passagem de ano, no concelho de Albufeira, sobretudo à cidade de Albufeira, e é na cidade de Albufeira que elas esperam, do destino turístico eleito para gastar o seu orçamento, que lhes responda às expectativas. Daí que também ponho em causa a discrepância, porque realmente, Albufeira, nesta época específica é especial. Por outro lado, penso que o comércio de todas as outras zonas viria o que não viu durante estes anos, que é algumas das suas zonas de comércio terem também alguma iluminação natalícia, e por isso alguma animação desse género.”-----

Soraia Rodrigues: “Enquanto residente em Albufeira parece-me que as iluminações que foram realizadas em dois mil e quinze foram muito positivas e deram uma luz especial a Albufeira. Ainda para mais com a situação de cheias que tivemos, que houve um reforço de iluminação em determinadas zonas da baixa. Parece-me a mim que esta proposta é demasiado elevada e porque não o aumento que se faz comparativamente ao ano passado não ser tão substancial e aquele que houver ser canalizado para as outras freguesias, que não a freguesia de Albufeira e Olhos de Água. Porque estamos aqui a falar que há discrepância, que há muitas diferenças entre a freguesia de Albufeira e as outras freguesias, e porque não haver um aumento comparativamente ao que estava orçamentado para o ano passado mas que esse reforço seja canalizado para essas freguesias que estão mais na periferia. Não me parece que cento e nove mil euros seja um valor aceitável com tantas coisas que temos para fazer. Para mim não é uma questão prioritária comparativamente a outros problemas que o município tem mas a minha opinião vale o que vale.” -----



Francisco Oliveira: "Respondendo às questões levantadas e, nomeadamente, ao senhor deputado Adriano Ferrão, há uma questão que é importante e eu comecei por dizer exactamente isso. Comecei por dizer que a dificuldade que os membros da Assembleia Municipal têm em discutir estas questões, quando o documento nos chegou há cinco ou seis dias, sem capacidade técnica para resolver estas situações. Este tipo de documento é-nos apresentado de uma forma de contrato de adesão, ou sim ou não. Para esse efeito continuo a entender que, independentemente do valor que está em causa, a questão da discrepância é razoável. O senhor deputado diz que Albufeira é que é, de facto, o centro mas esquece-se que Paderne está considerada no âmbito de aldeias tradicionais de Portugal, Guia é considerada como sendo a localidade do frango da Guia e também é referenciada, e, portanto, nós queremos, de certa maneira, deixar de ter estas diferenças entre o interior e o litoral. Naturalmente que temos de ajudar a que as aldeias tradicionais, as aldeias com algum nome e referenciadas, possam, efetivamente, também ter um pouco dessa participação. Nesse sentido fazia uma proposta: uma vez que neste momento nos é difícil decidir sobre estas questões técnicas, que possamos fazer uma comissão e numa próxima reunião deliberarmos no sentido de atribuição destes valores em conformidade com a proposta apresentada por essa mesma comissão."-----

José Pimenta: "Há uma coisa que não percebo: a referência ao centro de Albufeira em dois mil e catorze e dois mil e quinze já não era assim? Aprovamos cinco mil euros para dois mil e catorze, o PSD aprovou essa proposta. Para dois mil e quinze foi vinte e cinco mil euros e o PSD também aprovou e, nesse caso, devia ter rejeitado ou só agora é que Albufeira é a referência? "-----

Adriano Ferrão: "Quanto ao que foi dito pelo deputado Francisco Oliveira, se não houver impedimentos técnicos, dos prazos que terão de ter estas contratualizações, não vejo porque não pensar dessa maneira. Quanto à CDU só tenho a dizer que estamos conscientes das situações anómalas que se passaram, não só na economia nacional, regional e local, como ainda fomos vítimas de intempérie que aconteceu. Foi natural que tivéssemos de poupar dinheiro. E o PSD foi frontal nessa situação: apontámos para pouparmos dinheiro e aprovámos a iluminação mínima possível. Neste momento temos um pouco mais de margem e essa margem vem-nos dar a possibilidade de respondermos às espetativas."-----

Presidente da Câmara: "Falamos da discrepância das freguesias, por exemplo Paderne. Fazemos em Paderne o *Paderne Medieval*. Estamos aqui a fazer demagogia barata e é



irritante ouvir esse tipo de argumentos. Na Guia fizemos um investimento enormíssimo, vamos aumentar este ano, com as figuras do presépio. Trouxemos cá a televisão e também levámos a televisão a Paderne. Nós temos a máxima atenção com as freguesias. Se alguém devia estar aqui a queixar-se era o senhor Fernando, da Junta de Freguesia de Ferreiras, que não teve lá nada. Nós investimos bastante nas freguesias e queremos levar bastantes pessoas a Paderne e, felizmente, o *Paderne Medieval* tem vindo a ser um sucesso. Assim como as figuras do presépio na Guia também foram um sucesso e gastou-se bastante dinheiro nisso. E que eu saiba em Albufeira não fizemos lá evento nenhum, à excepção do final de ano. Parece que estamos aqui só por Albufeira e não é verdade. Investimos e muito nas freguesias. Temos o cuidado de fazer a melhor das divulgações, nesta época festiva, e estamos lá sempre presentes, a Câmara Municipal no seu conjunto e os membros da Assembleia também lá vão todos. Portanto, toda a gente conhece a realidade das festividades e do investimento que o município faz em cada uma das freguesias e no próprio concelho. Aqui a questão é muito simples: houve comerciantes e residentes em Albufeira que se queixaram. Olhando para Paderne, temos a Rua 5 de Outubro com iluminação. Que outra rua em Paderne querem com iluminação? A Guia e as Ferreiras só têm o arco mas há outros eventos. Em relação ao valor que está aqui, já foi três vezes mais caro, portanto, não está aqui ninguém a fazer esparrame de dinheiro, temos de saber investir no nome de Albufeira. Ainda há poucos dias fui para a Alemanha e andei lá a bater terreno em três cidades e quase que não dormi a bater terreno por Albufeira. E depois as pessoas não podem chegar aqui a Albufeira, na altura das festividades de Natal, e encontrarem uma cidade triste - isso não pode acontecer. Portanto, não fazendo questão de nada, concordo com o que aqui está e, provavelmente, não será este valor todo, vai depender do procedimento. Nós temos de ter a noção que temos de investir em Albufeira e queremos combater questões como a sazonalidade. Estamos, neste momento, a trilhar esse caminho. Por exemplo, já estão adjudicados os novos percursos pedonais para Paderne e vamos fazer a divulgação desses percursos. Vamos também substituir os placares e meter todos em condições e fazer os arranjos devidos. O trabalho tem de ser feito e em vários campos: na área da natureza, na área da saúde, temos de ir a todas e tem de ser gasto algum dinheiro para isso mas é certo que não vamos jogar dinheiro à rua. Aceito que façam alterações mas temos de lançar isto em concurso porque senão chega à hora e não temos iluminação de Natal." -----



Francisco Oliveira: "Tenho de, com todo o respeito, discordar porque, de facto, entendo que a diferença e a discrepância existem, entre o interior e o litoral. Portanto, o senhor Presidente tem o seu entendimento mas a demagogia também não é só do lado de cá. Nesse sentido, mantenho a proposta de que seja analisada a situação com mais pormenor e poderemos na próxima Assembleia Municipal decidir em conformidade e em consciência com esta situação sem as necessárias demagogias." ----

Presidente da Assembleia: "Temos então uma proposta para que seja retirado da ordem de trabalhos este ponto. Só chamo a atenção para a questão dos *timings* dos procedimentos concursais. A próxima sessão da Assembleia Municipal teria de ser extraordinária e não temos nenhum ponto para que seja convocada uma sessão extraordinária, mas também não seria por isso." -----

Francisco Oliveira: "Quero só referir que na minha proposta não está em questão o valor que foi aqui orçamentado. Está em causa a questão da análise relativa à forma como está distribuída a iluminação." -----

VOTAÇÃO PARA RETIRADA DO PONTO DA ORDEM DO DIA: -----

Votos Contra: catorze (14): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia.-----

Abstencções: zero (00): -----

Votos a Favor: onze (11): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, João Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta de retirada do ponto foi reprovada por maioria. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: três (03): Soraia Rodrigues, Sofia Oliveira e Ivânia Mascarenhas.-----

Abstencções: quatro (04): Cândido Reigado, Domingos Coelho, João Cabrita e José Pimenta. -----

Votos a Favor: dezoito (18): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos



Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Cândido Reigado apresentou e leu declaração de voto. (Doc.3, anexo a esta ata) -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos oito e nove e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019; -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 2.ª Revisão do Orçamento para o ano de 2016, incluindo a 2.ª alteração ao Mapa de Pessoal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO OITO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO NOVE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: duas (02): Cândido Reigado e José Pimenta.-----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão,



Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, Ana Cristina Oliveira, João Cabrita, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Miguel Mesquita, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela CDU acerca da "rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta leu a moção apresentada. (Doc. 4, anexo a esta ata) -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dezasete (17): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraledes Simões, Lurdes Meirinho, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Mesquita, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Ausências: duas (02): Francisco Guerreiro e Leonardo Paço. -----

Abstencões: quatro (04): Soraia Rodrigues, Sofia Oliveira, João Cabrita, Ivânia Mascarenhas.-----

Votos a Favor: dois (02) Cândido Reigado e José Pimenta. -----

A moção foi reprovada por maioria. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação da Moção apresentada pela CDU sobre "A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um Direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do Estado Português"-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----



Cândido Reigado leu a moção apresentada. (Doc. 5, anexo a esta ata) -----
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: onze (11): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Lurdes Meirinho, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Miguel Mesquita, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, e Presidente da Junta de Freguesia de Guia. -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: catorze (14): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Sofia Oliveira, João Cabrita, José Pimenta, Leonardo Paço, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

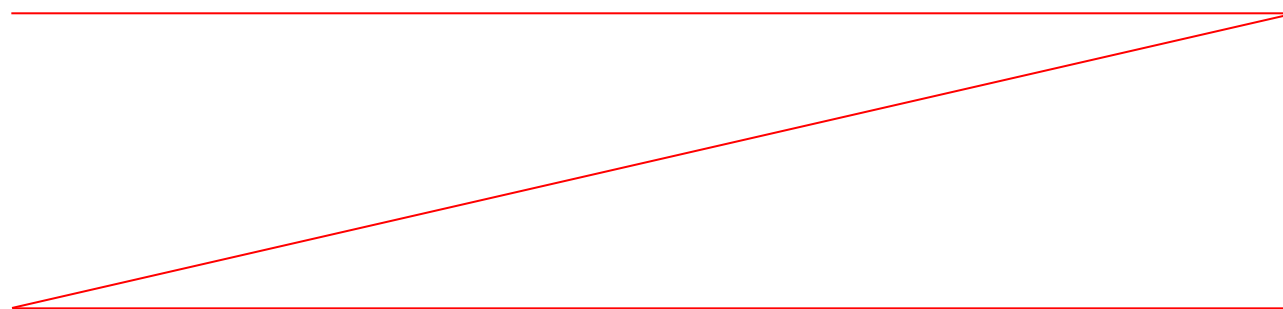
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:00 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 16 de Junho de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Doc. 1

CDU

Coligação Democrática Unitária

BASTA DE PRECARIIDADE, DESEMPREGO E EXPLORAÇÃO:

TURISMO EM ALTA, MAS OS TRABALHADORES CONTINUAM A USUFRUIR SALÁRIOS DE MISÉRIA:

O Algarve é a mais importante região turística do País. Por detrás das centenas de hotéis, restaurantes, resorts, apartamentos, campos de golfe e outras infraestruturas, estão milhares de trabalhadores da hotelaria que dão o melhor de si para assegurar o desenvolvimento desta actividade.

No entanto, a situação em que se encontram estes trabalhadores, testemunha uma prática generalizada por parte do grande patronato, que promove os baixos salários, o desrespeito pelos horários de trabalho, a precariedade dos vínculos laborais, o desemprego forçado em grande parte do ano.

Dois anos consecutivos que o turismo no Algarve tem tido bons resultados, mas apenas para os empresários do sector.

Os trabalhadores continuam a ser vítimas de trabalho precário e sazonal, os salários em vez de aumentarem correspondendo assim aos bons resultados do sector, há uns anos a esta parte tem sido o contrário. A ganância do capital leva as empresas a proceder a despedimentos colectivos e selvagens de trabalhadores efectivos, para de seguida recorrerem a empresas de trabalho temporário, para substituir os trabalhadores despedidos, pagando a esses trabalhadores pouco mais de metade do salário que recebiam os anteriores. O quadro do pessoal efectivo da maior parte dos grandes hotéis foi assim destruído. Aumenta a exploração no sector. Os direitos dos trabalhadores não são respeitados: a contratação colectiva é para o patronato letra morta. Há trabalhadores contratados ao dia e até à hora, o que é sem dúvida segundo a opinião do PCP e dos Eleitos da CDU, vergonhoso. A actividade sindical, sendo um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 55º, como condição e garantia da construção da unidade dos trabalhadores, para defesa dos seus direitos e interesses, é posta em causa na maior parte das empresas.

Dirigentes Sindicais são levados a tribunal por exercerem a sua actividade em defesa dos direitos dos trabalhadores e dirigentes e delegados Sindicais, são sempre os primeiros a ser despedidos.

Para o PCP e os Eleitos da CDU, os trabalhadores da hotelaria do concelho de Albufeira e do resto do Algarve, têm direito a melhores condições de vida e de trabalho: têm direito a salários justos, à segurança do seu posto de trabalho, à sua valorização profissional.

É necessário uma melhor distribuição da riqueza gerada pelo Turismo.

Face a esta realidade o que é que a CMA já fez, ou pensa fazer em defesa dos interesses dos trabalhadores?



C.D.U.

DECLARAÇÃO DE VOTO

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE PEIXE FRESCO PARA CANTINAS ESCOLARES.

NOS FINS DE 2013 FORAM POSTOS A CONCURSO PÚBLICO BENS DE CONSUMO PARA AS CANTINAS ESCOLARES DA REABILITAÇÃO E CESSÃO DE ANTONÓVIA. A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA ESTIMULOU A NÃO INCLUSÃO DE PEIXE FRESCO NESTES CONCURSOS, SENDO SIRO FAVORÁVEL A UM CONCURSO PARA ESSES EFEITOS.

POSIÇÃO CONTÍNUA TIVERAM MEMBROS DA ASSEMBLEIA E MEMBROS DO EXECUTIVO QUE DEFENDIAM A PREFERÊNCIA PELO PEIXE CONGELADO E A NÃO INCLUSÃO DE CONCURSO DE PEIXE FRESCO.

ABORDAGEM DE CONTRAÇÃO DO PESCAÇO E O PROBLEMA DOS ESPINHAIS DE ALGUNS PEIXES COMO (CARBU, CARPA OU SARDINHA) FORAM MÚLTIPLOS EVOCADAS.

NOS FINS DE 2014 EM ASSEMBLEIA MUNICIPAL A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA APRESENTOU UMA RECOMENDAÇÃO AO PROPÓSITO DA CÂMARA MUNICIPAL AUMENTAR COM UM CONCURSO FORNDECIMENTO DE PEIXE FRESCO. DESPITENDO ESTA RECOMENDAÇÃO O LÍDER DO PSD VOLTOU A NÃO SER FAVORÁVEL, EVOCANDO O PROBLEMA DOS ESPINHAIS A POSSÍVEL DETEORACÃO DO RECORDO ENTRE OUTROS PRESENTES.

ESTA PROPOSTA TEVE OS FOTOS CONTÍNUOS DA BANCA PSD/CDS.

A COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA CONSTATOU-SE E VOTOU FAVORÁVELMENTE A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL.

CONCURSO PÚBLICO PARA FORNDECIMENTO CONTÍNUO DE PEIXE FRESCO PARA AS UNIDADES ESCOLARES.

Albufeira 16 Junho 2016

OS ELEITOS DA C.D.U.

Carolina Pereira



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



Declaração de Voto

Iluminação Decorativa de Natal

Os gastos com iluminação de Natal em 2014 foram de cinco mil euros

Passando para cinquenta mil euros em 2015, verba que foi justificada pela necessidade de dar uma melhor imagem à baixa de Albufeira, que tinha sido devastada pela intempérie de 1/11/2015. Este ano propõe a Câmara Municipal fazer gastos no valor de 109 mil euros mais IVA.

A Coligação Democrática Unitária nos dois anos anteriores votou a favor das referidas propostas vinda da Câmara, os valores eram razoáveis.

Para o ano de 2016 o valor proposto pela Câmara Municipal no nosso ponto de vista é exagerado, dado haver muita obra por fazer muito melhoramento, muita manutenção.

Aliás é o Sr. Presidente que diz que o dinheiro nunca é demasiado para as necessidades do Concelho.

Para nós Coligação Democrática Unitária é necessário alguma moderação nos gastos destes eventos.

Pelo atrás referido os eleitos da C.D.U. irão abster-se neste ponto da ordem do dia

Albufeira 16/06/2016

Os eleitos da CDU

Cândido Augusto Marques Reigado

José Joaquim do Carmo Pimenta

pt 3.0



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

Pela rejeição da denominada Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP)

A União Europeia prossegue - sob um manto de secretismo, não permitindo o escrutínio democrático do processo - as negociações com os Estados Unidos da América sobre a « Parceria Transatlântica de comércio e Investimento», vulgarmente denominada Tratado Transatlântico ou TTIP.

Estas negociações decorrem a par de outros processos negociais que visam a conclusão e acordos com igual natureza e objectivos, como o Acordo sobre Comércio em Serviços (TISA) ou o Acordo Económico e Comercial Global (CETA), entre o Canadá e a União Europeia.

Estes acordos, e em particular o TTIP, têm como principal objectivo avançar ainda mais na liberalização do comércio e serviços, tentando eliminar quaisquer barreiras ao domínio das grandes multinacionais sobre as economias de Estado soberanos.

A concretizar-se, o TTIP representaria um retrocesso para os direitos e rendimentos dos trabalhadores, nomeadamente, cingindo-os ao enquadramento jurídico dos direitos laborais nos EUA, país que não é signatário de várias convenções internacionais sobre o trabalho.

O TTIP seria utilizado para promover a liberalização e privatização dos serviços públicos em áreas como a educação, a água, a energia, os resíduos sólidos bem como serviria para aprofundar a mercantilização da cultura, colocando em causa direitos sociais arduamente conquistados pelos povos.

O TTIP aprofundaria ainda mais a liberalização dos serviços financeiros, da circulação de capitais, com a conseqüente diminuição de mecanismos de controlo, supervisão e salvaguarda.

O TTIP significaria para diversos Estados - como o português - a imposição de significativos recuos nos padrões de exigência e controlo na área da segurança e higiene alimentar, assim como no campo ambiental, abolindo regras em áreas como a obrigatoriedade de avaliações de impacto ambiental ou o princípio da precaução. Sobrepondo lucros e interesses das multinacionais à defesa de direitos essenciais e a legítimas decisões democráticas e soberanas em defesa do interesse público e nacional, o TTIP introduz mecanismos que atribuem às multinacionais o poder de processar os Estados.

Deste modo, TTIP é um projecto que, a concretizar-se, encerraria sérias ameaças para os direitos sociais e laborais, diversos sectores da economia nacional, para a saúde



pública, a qualidade ambiental e as condições naturais, para a democracia e a soberania nacional.

Este acordo enfrenta a crescente oposição de largos setores da população e de organizações sociais e políticas que, em diversos países, levantam a sua voz contra o TTIP.

Face ao exposto, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 16 de junho de 2016 delibere:

1. Rejeitar, em nome da defesa do desenvolvimento do País, dos interesses dos trabalhadores e povo português e da soberania e independência nacionais, os objectivos e conteúdo inscritos no TTIP e recomenda ao Governo uma intervenção junto da União Europeia no sentido do abandono deste processo negocial;
2. Considerar indispensável a divulgação do conteúdo, da natureza e dos objectivos do TTIP e requerer ao Governo a informação sobre a sua posição no andamento das respectivas negociações;

3. Em qualquer caso, considerar que TTIP – como outros acordos de livre comércio e serviços em negociação pela União Europeia – deve ser obrigatoriamente sujeito a processo de ratificação vinculativo pela Assembleia da República.

4. Dar conhecimento desta moção:

Presidente da República

Assembleia da República

Primeiro Ministro

Órgãos da Comunicação Social

Albufeira, 16 de junho de 2016

Os eleitos da CDU



Cândido Pereira



CDU – Coligação Democrática Unitária – PGP-PEV



MOÇÃO

A Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade é um direito de todos os Cidadãos e uma Obrigação do estado Português

A Constituição da República Portuguesa (CRP) proclama que todos os cidadãos têm direito à educação, com garantia do direito à igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

No seu artigo 75º, a CRP determina que compete ao Estado a criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, o que não dispensa de, ao mesmo tempo reconhecer e fiscalizar o ensino particular e cooperativo, no respeito pela lei.

A Lei de Bases do Sistema Educativo determina que é da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino, garantindo a todos os portugueses a liberdade de aprender e ensinar, com tolerância para as escolhas possíveis, mas abstendo-se de impor directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas, pelo que o ensino público não pode ser confessional.

A massificação do ensino proporcionada pelo fim da ditadura fascista, e promovida desde a primeira hora, pela Revolução de Abril, criou naturalmente dificuldades aos governos da democracia na concretização do imperativo constitucional de criação de uma rede de escolas públicas que cobrisse todo o país.

Com o fim de ultrapassar essa dificuldade, o Estatuto das Escolas do Ensino Particular Cooperativo, aprovado pelo DL 553/80 instituiu os contratos de associação, a serem celebrados com escolas particulares situadas e zonas carecidas de escolas públicas.

Em 2015, procurando concretizar um projecto neoliberal de criação de um mercado educativo alargado e concorrencial, o governo PSD/CDS celebrou contratos de associação com colégios privados que não correspondiam a carências da rede e visavam financiar esses colégios, em prejuízo do investimento necessário e legalmente imperativo que o Estado tem que fazer na Escola Pública.

O Ministério da Educação decidiu agora repor a legalidade e só permitir a celebração de novos contratos a partir de 2016/2017 quando se verificar manifesta incapacidade da escola Pública dar resposta às necessidades da população escolar, medida que tem tido uma violenta oposição da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo – AEEP.

Face ao exposto, os efeitos da CDU propõem que:

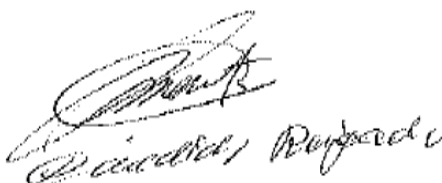
A Assembleia Municipal de Albufeira reunida em 16 de junho de 2016 delibere:



1. Manifestar o apoio às medidas que visem repor a legalidade e moralizar a celebração dos contratos de associação enquanto instrumento supletivo da Escola Pública;
2. Repudiar a Campanha de desinformação brutal promovida pela Associação de Escolas do Ensino Particular, com o acompanhamento cúmplice do PSD e do CDS e com a cobertura mediática de alguns órgãos de comunicação social, com o objectivo de desacreditar a Escola Pública e os seus profissionais;
3. Exigir do governo, um conjunto de medidas que visem a concretizar um investimento consentâneo com o designio Constitucional de garantir uma Escola Pública, Gratuita, Universal, Inclusiva e de Qualidade para todos os Cidadãos e assim garantir o acesso à educação e ao conhecimento a todas as crianças e jovens do nosso país.
4. Enviar esta Moção para:
Presidente da República
Primeiro Ministro
Ministro da Educação

Albufeira, 16 de junho de 2016

Os eleitos da CDU



Diácono, Rui Pedro